

**N° 059/2025**

**Macapá – AP, 31 de março de 2025**

**BOLETIM GERAL N.º 059/25**

**1ª PARTE**  
**LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

**1. PORTARIA Nº 231/2025**

**Dispõe sobre a conduta dos bombeiros militares no uso de mídias sociais e aplicativos de mensagens, e dá outras providências.**

**O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, do Decreto nº 0236, de 15 de janeiro de 2019 e com fundamento no Decreto Governamental nº 7.489, de 07 de novembro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE nº 8.285, de 07 de novembro de 2024, bem como nas demais disposições legais aplicáveis,

**CONSIDERANDO** os princípios da hierarquia e da disciplina, conforme estabelecido no art. 42 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto-Lei nº 2.848, que institui o Código Penal, e no Decreto-Lei nº 1.001, que institui o Código Penal Militar;

**CONSIDERANDO** os incisos IV, VIII, IX, X, XII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII e §1º do art. 32 do Estatuto dos Militares do Estado do Amapá;

**CONSIDERANDO** os arts. 8º e 9º, bem como o Anexo I do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM), especialmente os itens 62, 68, 69 e 70;

**CONSIDERANDO** o disposto nos arts. 3º, 7º e 8º da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), que garantem a liberdade de expressão, a proteção da privacidade e a responsabilidade proporcional no uso da rede mundial de computadores;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar o uso de redes sociais pelos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá, diante do crescente uso dessas plataformas por bombeiros militares em contextos que vinculam a imagem institucional;

**CONSIDERANDO** que os bombeiros militares devem estar cientes de que suas condutas no ambiente digital, especialmente em redes sociais, podem impactar diretamente a credibilidade de seu trabalho, da Instituição e da segurança pública do Estado do Amapá;

**CONSIDERANDO** a necessidade de resguardar a integridade física, moral e a segurança pessoal dos integrantes da Corporação;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica regulamentada a conduta dos bombeiros militares, da ativa e da inatividade, no uso de mídias sociais e aplicativos de mensagens, com o objetivo de assegurar a observância dos princípios da hierarquia, disciplina, ética e respeito à Instituição.

**§ 1º** Para os fins desta Portaria, consideram-se mídias sociais as plataformas digitais utilizadas para o compartilhamento de conteúdos diversos, como textos, imagens, áudios e vídeos, incluindo, entre outras, Blogs, Facebook®, Instagram®, X® (Twitter), TikTok®, YouTube® e plataformas congêneres.

**§ 2º** Consideram-se aplicativos de mensagens os softwares destinados ao envio e recebimento de mensagens em tempo real, de forma individual ou em grupos, tais como WhatsApp®, Telegram®, Messenger® e similares.

**Art. 2º** O militar poderá ser responsabilizado disciplinarmente por manifestações ou condutas, em qualquer meio, que atentem contra a dignidade da função militar, o decore da classe, a hierarquia, a disciplina, assuntos de governo ou a segurança institucional.

**§ 1º** Para fins deste artigo, consideram-se incluídas, mas não se limitam, as seguintes condutas:

**I** – Publicar, editar, compartilhar ou disseminar conteúdos que ofendam a imagem da Corporação ou de seus integrantes;

**II** – Utilizar nomes, siglas, fardamentos, armas, equipamentos, brasões, insígnias ou quaisquer outros elementos identificadores da Instituição, sem autorização expressa, salvo nos casos de instrução ou em contextos que não comprometam a imagem institucional;

**III** – Divulgar informações sigilosas ou que comprometam a imagem da Corporação ou de seus integrantes, relacionadas a ocorrências, operações, investigações ou procedimentos internos;

**IV** – Manifestar-se publicamente sobre assuntos de natureza político-partidária ou de caráter reivindicatório de maneira inadequada, ressalvadas as hipóteses legalmente permitidas;

**V** – Disseminar fake news ou informações inverídicas que possam comprometer a credibilidade da Instituição ou de terceiros, sempre que tal conduta ocorrer no exercício da função, em razão dela, ou em contexto que vincule o militar à Instituição.

**VI** – Publicar conteúdos de natureza íntima, erótica ou pornográfica, ou que atentem contra a moralidade e o decore militar;

**VII** – Obter vantagens financeiras, engajamento ou prestígio pessoal mediante o uso de conteúdos relacionados à

Corporação, sem a devida autorização prévia;

**VIII** – Criticar publicamente, de forma desrespeitosa ou com o intuito de incitar a discórdia, atos, ordens ou decisões de superiores hierárquicos ou do Governador do Estado;

**IX** – Incitar a discórdia ou promover ofensas à honra, dignidade ou imagem de colegas de farda ou superiores;

**X** – Praticar qualquer ato, por meio de canais digitais, rádio, televisão ou outro meio de comunicação, que seja vedado por normas internas da Corporação.

§ 2º O disposto neste artigo visa coibir excessos no exercício da liberdade de expressão que comprometam a hierarquia e a disciplina, fundamentos essenciais à organização e funcionamento das instituições militares, de modo a preservar a segurança nacional, a ordem pública e o respeito às normas internas da Corporação, com a devida observância do art. 7º desta Portaria.

§ 3º Aplica-se ao militar da reserva remunerada o disposto na Lei nº 7.524, de 17 de julho de 1986, no que tange ao direito de expressão e manifestação, observados os limites legais e regulamentares.

**Art. 3º** É permitida a divulgação de imagens relativas a eventos institucionais, sociais ou ocorrências operacionais, desde que sejam respeitados os preceitos de sigilo funcional, os deveres éticos e o decoro militar.

**Art. 4º** Os bombeiros militares poderão compartilhar, em suas contas pessoais de mídias sociais ou aplicativos de mensagens, conteúdos produzidos e divulgados pelos canais oficiais da Corporação ou do Governo, desde que preservados integralmente o formato, o conteúdo e a fonte da publicação original.

**Parágrafo único.** As interações e comentários sobre tais publicações deverão respeitar as vedações e boas práticas estabelecidas nesta Portaria, preservando a ética, a disciplina e a imagem institucional.

**Art. 5º** A criação, edição ou divulgação de conteúdos institucionais que contenham símbolos oficiais da Corporação dependerá de aprovação prévia do Centro de Comunicação Social.

**Art. 6º** Poderão ser instituídos, no âmbito da Corporação ou de suas unidades, canais digitais, grupos, comunidades ou similares em aplicativos de mensagens, com a finalidade de servirem como meios oficiais de comunicação interna e/ou externa.

§ 1º A participação dos militares em grupos institucionais em aplicativos de mensagens é facultativa, podendo ser recusada mediante manifestação formal expressa. Nesse caso, o militar deverá acompanhar as comunicações oficiais divulgadas por meio físico ou pelos canais digitais tradicionais da Corporação.

§ 2º O gestor da unidade administrativa ou operacional poderá restringir ou autorizar a interação entre os participantes nos grupos institucionais, devendo, em qualquer hipótese, assegurar que as discussões estejam estritamente vinculadas aos assuntos de interesse funcional e compatíveis com as atividades institucionais.

§ 3º Nos casos em que for permitida a interação livre entre os membros dos canais institucionais de mensagens, os usuários deverão manter comportamento respeitoso, observando os princípios da hierarquia e da disciplina, sendo vedadas manifestações que possam comprometer a ordem, a disciplina ou a imagem institucional da Corporação.

§ 4º Os militares poderão ser comunicados ou acionados diretamente por meio de aplicativos de mensagens, devendo atender com presteza às solicitações oriundas da administração militar.

**Art. 7º** As disposições desta Portaria observarão, no que couber, os princípios, garantias, direitos e deveres previstos na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), especialmente:

I – a garantia da liberdade de expressão, preservada nos limites da hierarquia, disciplina e decoro militar, conforme estabelecido na Constituição Federal e nas normas internas da Corporação;

II – a proteção da intimidade, da vida privada e da honra dos bombeiros militares, ativos e inativos, cujos dados e comunicações somente poderão ser objeto de acesso ou controle nos limites autorizados pela legislação vigente e respeitados os direitos fundamentais;

III – a responsabilidade pessoal dos usuários pelas informações, opiniões e conteúdos que publicarem ou compartilharem nas redes sociais e aplicativos de mensagens, respondendo administrativa, civil e penalmente pelos eventuais excessos;

IV – a necessidade de observância do devido processo legal na apuração de eventuais infrações decorrentes da má utilização de redes sociais e mídias digitais, com respeito ao contraditório e à ampla defesa.

**Parágrafo único.** O exercício da liberdade de manifestação pelos bombeiros militares, inclusive os da reserva remunerada, deverá respeitar os princípios da moralidade administrativa, da lealdade institucional e da preservação da imagem da Corporação, conforme previsto em lei.

**Art. 8º** O descumprimento das disposições desta Portaria, bem como a violação dos princípios, valores e deveres inerentes à atividade bombeiro-militar, previstos na legislação vigente e nas normativas institucionais, sujeitará o infrator às sanções disciplinares cabíveis, sem prejuízo da responsabilização nas esferas civil, penal e administrativa, conforme o caso.

**Art. 9º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Pelsondré Martins da Silva – CEL QOCBM**

Comandante-Geral do CBMAP

(Cód. verificador: 435285220. Cód. CRC: 7376DC7 em 27/03/2025)